



# Resultado de Pesquisa

## **PERFIL, PREVALÊNCIA DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA EM INDIVÍDUOS DO SEXO FEMININO: UMA REVISÃO DE LITERATURA SISTEMATIZADA**

Filipe Gouveia Cavalcante, UFNT,  
[gouveia.cavalcante@gmail.com](mailto:gouveia.cavalcante@gmail.com)

Arthur Pedrosa Cavalcante, UFNT,  
[Arthur.pedrosa@mail.uff.edu.br](mailto:Arthur.pedrosa@mail.uff.edu.br)

Laiane Angélica Costa Sousa, UFNT,  
[laiane.angelica@mail.uff.edu.br](mailto:laiane.angelica@mail.uff.edu.br)

Lorrany de Souza Lino, UFNT,  
[lorrany.lino@mail.uff.edu.br](mailto:lorrany.lino@mail.uff.edu.br)

Ediana Vasconcelos da Silva, UFNT,  
[edianavasconcelos@mail.uff.edu.br](mailto:edianavasconcelos@mail.uff.edu.br)

### I. Apresentação e Justificativa

A incontinência urinária (IU) pode ser definida como qualquer perda involuntária de urina que gere desconforto às pessoas. Nesse contexto, a IU é uma condição patológica que acomete mais de 10 milhões de pessoas de todas as idades, principalmente as do sexo feminino, e acaba por interferir negativamente na qualidade de vida desse público (OLIVEIRA et al., 2018; MESQUITA et al., 2020).



De acordo com as Diretrizes Brasileiras para IU, existem classificações relacionadas com a forma de apresentação para esse quadro clínico, podendo ser: incontinência de esforço (IUE), incontinência mista (IUM) e incontinência de urgência (IUU). Esse documento oficial também orienta que haja aconselhamento e que seja dada a preferência para a realização de tratamentos conservadores antes do tratamento cirúrgico para mulheres e ainda alerta que as pacientes diagnosticadas com IU geralmente interpretam a perda de urina como algo fisiológico, quando na verdade não é (BRASIL, 2019; DANTAS et al., 2020; MESQUITA et al., 2020).

Considerando que grande parte da população desconhece a existência de seus possíveis tratamentos e têm visto a mesma como parte do processo natural do envelhecimento, conhecer os fatores a ela associados é imprescindível para o melhor entendimento desse problema de saúde pública cada vez mais comum à população, permitindo uma melhor mobilização por parte dos serviços de saúde para tratá-la e/ou preveni-la (KESSLER et al., 2018).

Com base nas informações analisadas, é perceptível que a prevalência de IU em indivíduos do sexo feminino aumenta gradualmente com o passar dos anos. Evidencia-se também que muitas mulheres possuem desconhecimento acerca do tema e interpretam esse estado patológico como fisiologicamente normal. Assim, é irrefragável a necessidade de estudos sobre esse assunto, pois se trata de disfunções que prejudicam diretamente a qualidade de vida da população.

As atividades que estão sendo desenvolvidas servirão como ferramenta de comunicação tanto entre profissionais da área da saúde, assim como a comunidade que tenha acesso direto ao local de aplicação da pesquisa, que é o hospital universitário HDT-UFT. A extensão será contemplada com a produção de materiais físicos e digitais informativos para a população, assim como a realização de palestras em semanas de divulgação de pesquisas realizadas em parceria com a UFNT e o HU HDT-UFT.

## II. Objetivos

**Objetivo geral:** realizar uma revisão de literatura sistematizada sobre o perfil, prevalência e tratamento de incontinência urinária em pessoas do sexo feminino.



#### **Objetivos específicos:**

- ❖ Identificar a quantidade de mulheres adultas com incontinência urinária em regiões do Brasil.
- ❖ Realizar um levantamento epidemiológico geral sobre mulheres que sejam acometidas por incontinência urinária no país.
- ❖ Identificar os fatores associados à presença da incontinência urinária em mulheres adultas.
- ❖ Investigar os possíveis tratamentos dado às mulheres com incontinência urinária.

### **III. Metodologia**

O presente trabalho trata-se de uma revisão sistemática desenvolvida a partir de informações extraídas de artigos científicos que se relacionam com a temática (incontinência urinária) nos últimos cinco anos.

O local de coleta de dados foi o portal de periódicos da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e em sites de pesquisa na área da saúde, a saber: *Pubmed*, *Scielo*, *BVS* (Biblioteca virtual em Saúde do Ministério da Saúde). Nesse contexto, e direcionado aos objetivos de pesquisa, os descritores utilizados foram: perfil, prevalência, incontinência urinária, tratamento e mulheres.

Os estudos que foram incluídos na revisão de literatura: estudos longitudinais e transversais que envolvessem mulheres adultas, publicações feitas no período de 2019 a 2023, publicações em língua portuguesa e inglesa. Os critérios de exclusão: textos que versassem acerca de mulheres gestantes com incontinência urinária ou atletas, os que oferecessem dados antes de 2019 e aqueles sem texto completo disponível.

A qualidade dos artigos utilizados fora avaliada por meio da ferramenta de análise Statement (Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology). Ele traça recomendações acerca do que deve ser considerado em uma descrição mais direcionada e integra em estudos observacionais, como: estudos transversais, caso-controle e coorte. O objetivo desse instrumento foi aumentar a qualidade dos resultados que serão divulgados, ampliar a verificação



das ferramentas teórico-metodológicas, interpretar e reproduzir de forma coerente os achados nos estudos observacionais analisados.

## IV. Resultados

Dantas et al. (2020), em sua pesquisa relacionada com a frequência de incontinência urinária em mulheres, realizou um estudo na cidade de Pilões-RN. Nesse estudo participaram 300 mulheres, em que a coleta de dados foi mediante o uso de questionários, que foram auto aplicados com exceção dos casos de mulheres analfabetas.

Os resultados relatam que a frequência de IU Feminina encontrada foi de 8%. A média de idade foi de 38,8 anos. A média de vezes que as mulheres com IU urinaram durante o dia foi de  $6,5 \pm 1,6$  vezes e durante a noite foi de 1,8 vezes.

Embora faltem pesquisas epidemiológicas de base populacional que estudem a IU na população brasileira, especialmente os relacionados aos indicadores de saúde e aos tratamentos realizados pelas mulheres acometidas por essa disfunção, a prevalência da IU na região Sudeste, a taxa de morbidade foi de 26,2 % em meninas e 31,1 % em mulheres na terceira idade (CARNEIRO et al., 2017; TAMANINI et al., 2009).

A prevalência na região sul foi de 26,9% entre mulheres e 36,3% entre mulheres idosas. No que se refere a região Norte do Brasil, nessas pesquisas científicas não encontramos dados envolvendo a população, em especial, o Tocantins (MARQUES et al., 2015; KESSLER et al., 2018).

Sob esse viés, vale ressaltar que a prevalência disfunção para o sexo feminino está associado: à neuropatia e processos cirúrgicos como histerectomia, à multiparidade, ao tipo de parto, à inibição estrogênica, ao tabagismo, às neuropatias dos nervos pélvicos, à gravidez em idade avançada, à obesidade e ao envelhecimento (BRASIL, 2019).

## V. Considerações Finais

Conclui-se que a IU tem maior prevalência em indivíduos do sexo feminino, e essa disfunção está associada à obesidade, gravidez tardia, multiparidade,



deficiência estrogênica, neuropatias, diabetes e a procedimentos cirúrgicos como a histerectomia. Outro ponto identificado, foi que a os sinais e sintomas associados a perda de urina de forma involuntária, muitas vezes, é interpretada pelas pessoas como algo fisiológico.

## VI. Referências Bibliográficas

BRASIL, MS. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas Incontinência urinária Não Neurogênica. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (CONITEC). Brasília, 2019.

Caregnato RCA, Mutti R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enferm.* [Internet]. Florianópolis. Out-Dez. 2006. [acesso em 2023 agosto 20]; 15(4): 679-84. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf>.

Carneiro JA, Ramos GCF, Barbosa ATF, Medeiros SM, Lima CA, Costa FM, et. al. Prevalência e fatores associados à incontinência urinária em idosos não institucionalizados. *Cad. Saúde Colet.* [Internet]. 2017. [acesso em 2023 out 15]; 25 (3): 268-277. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v25n3/1414-462X-cadsc-1414-462X201700030295.pdf>

Dantas, M. A; Dias, C.; Nascimento, E. G. C. Frequência da incontinência urinária em mulheres na idade produtiva. *Revista Enfermagem Atenção Saúde*, v. 9, n. 2, 16-27, 2020. DOI: 10.18554/reas.v9i2.3521.

Tamanini JTN, Lebrão ML, Duarte YAO, Santos JLF, Laurenti R. Análise da prevalência e fatores associados à incontinência urinária entre idosos do Município de São Paulo, Brasil: Estudo SABE (Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento). *Cad. Saúde Pública.* [Internet]. 2009. [acesso em 2023 out 14]; 25(8):1756-1762. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n8/11.pdf>.

Kessler, M. Facchini, LA. Soares, MU. Nunes, BP. França, SM. Thumé, E. Prevalência de incontinência urinária em idosos e relação com indicadores de saúde física e mental. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.* [Internet]. 2018. [acesso em 2023 out 6]; 21(4): 409-419. Disponível em [http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v21n4/pt\\_1809-9823-rbgg-21-04-00397.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v21n4/pt_1809-9823-rbgg-21-04-00397.pdf).

Marques LP, Schneider IJC, Giehl MWC, Antes DL, d'Orsil E. Fatores demográficos, condições de saúde e hábitos de vida associados à incontinência urinária em idosos de Florianópolis, Santa Catarina. *REV BRAS EPIDEMIOL.* [Internet]. JUL-SEP 2015; [acesso em 2020 Fev 16]; 18(3): 595-606. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v18n3/1415-790X-rbepid-18-03-00595.pdf>

Mesquita, V. C; Aragão, M. I. C; Correia, S. A; Pereira, A. S; Gomes, S. C. L; Azevedo, K. M. A prevalência da incontinência urinária em mulheres praticantes de exercícios físicos de alto impacto. *Revista Pesquisa Fisioterapia.* 2020;10(4):634-641. DOI: 10.17267/2238-2704rpf.v10i4.3237.



Oliveira LM, Dias MM, Martins SB, Haddad JM, Girão MJBC, Castro RA. Tratamento cirúrgico da incontinência urinária de esforço em mulheres: revisão sistemática e metanálise. Rev Bras Ginecol Obstet. [Internet] 2018. [acesso em 21/08/2023]; 40:477–490. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v40n8/0100-7203-rbgo-40-08-00477.pdf>.

## VII. Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil e da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT